

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA
SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações de déficits (superávits)

Quadro 3 — Demonstrações dos déficits (superávits) abrangentes

Quadro 4 — Demonstrações das mutações do patrimônio social

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores Estatutários, Conselheiros Fidei, Associados e Administradores da
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA** (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações dos superávits (déficits), dos superávits (déficits) abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

Sem ressaltarmos nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº23 e nº26 às demonstrações financeiras que descrevem que a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) da Associação teve vencimento em 31 de dezembro de 2021, com pedido de renovação solicitado em 21 de setembro de 2021. Até o presente comento referido pedido encontra-se em análise, permanecendo válida a certificação anterior até publicação da portaria de renovação.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório datado em 15 de abril de 2021 não continha modificações.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2022.

Patine & Associados Serviços Contábeis S/S Ltda.
CRC 2SP042124/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio-diretor
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Gerente Sênior
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores em reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.555.037	28.511.935	Empréstimos e financiamentos	8	8.257.598	6.323.229
Créditos a receber de convênios e pacientes	5	20.430.129	15.991.390	Fornecedores	9	5.824.540	7.467.950
Estoques	6	2.220.718	2.120.213	Obrigações trabalhistas e sociais	10	6.860.788	6.625.964
Adiantamentos		694.898	791.657	Obrigações tributárias		121.748	109.042
Outros créditos a receber		<u>882.454</u>	<u>870.448</u>	Partes relacionadas	11	174.476	174.871
Total do Ativo Circulante		31.783.236	48.285.643	Outras contas a pagar		<u>817.107</u>	<u>343.023</u>
				Total do Passivo Circulante		22.056.257	21.044.079
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Depósitos judiciais	12	382.183	381.478	Empréstimos e financiamentos	8	2.913.785	10.770.508
Imobilizado	7	153.296.633	150.465.834	Partes relacionadas	11	1.407.378	1.565.126
Intangível		<u>73.378</u>	<u>111.191</u>	Provisão para contingências	12	2.414.690	3.716.069
Total do Ativo Não Circulante		153.752.194	150.958.503	Total do Passivo não Circulante		6.735.853	16.051.703
				Patrimônio Social	13		
				Patrimônio social		54.370.673	58.851.376
				Ajuste de avaliação patrimonial		<u>102.372.647</u>	<u>103.296.988</u>
				Total do Patrimônio Social		156.743.320	162.148.364
Total do Ativo		<u>185.535.430</u>	<u>199.244.146</u>	Total do Passivo e Patrimônio Social		<u>185.535.430</u>	<u>199.244.146</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÕES DOS DÉFICITS (SUPERÁVITS)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores em reais)**

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Receita operacional líquida	14	112.329.061	128.329.130
Gratuidades praticada	23	20.203.659	21.018.713
Trabalho voluntário	24	137.280	147.938
		<u>132.670.000</u>	<u>149.495.781</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesa com pessoal e encargos	15	(50.706.605)	(50.557.719)
Medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(50.277.753)	(42.549.413)
Despesas administrativas e gerais	17	(9.081.616)	(9.620.509)
Depreciações e amortizações		(4.331.553)	(4.094.063)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	18	(2.431.060)	(215.581)
Gratuidades praticada	23	(20.203.659)	(21.018.713)
Trabalho voluntário	24	(137.280)	(147.938)
		<u>(137.169.526)</u>	<u>(128.203.936)</u>
Déficit (superávit) operacional antes do resultado financeiro		<u>(4.499.526)</u>	<u>21.291.845</u>
Receitas financeiras		1.015.779	792.208
Despesas financeiras		<u>(1.921.297)</u>	<u>(1.355.593)</u>
Resultado financeiro líquido	19	<u>(905.518)</u>	<u>(563.385)</u>
Déficit (superávit) do exercício		<u><u>(5.405.044)</u></u>	<u><u>20.728.460</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÕES DOS DÉFICITS (SUPERÁVITS) ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Déficit (superávit) do exercício	(5.405.044)	20.728.460
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(5.405.044)</u>	<u>20.728.460</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

^{DS}
MMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
LEPDRE

^{DS}
RF

QUADRO 4

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação	Déficit ou superávit	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	37.089.723	104.330.181	-	141.419.904
Realização da reserva de avaliação patrimonial	1.033.194	(1.033.194)	-	-
Superávit do exercício	-	-	20.728.460	20.728.460
Absorção do superávit ao patrimônio social	20.728.460	-	(20.728.460)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	58.851.376	103.296.988	-	162.148.364
Realização da reserva de avaliação patrimonial	924.341	(924.341)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(5.405.044)	(5.405.044)
Absorção do déficit ao patrimônio social	(5.405.044)	-	5.405.044	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	54.370.673	102.372.647	-	156.743.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores em reais)**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit (superávit) do exercício	(5.405.044)	20.728.460
<i>Ajustes para:</i>		
Depreciação e amortização	4.331.553	4.094.063
Provisão para contingências	(1.301.379)	388.199
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.740.604)</u>	<u>(474.069)</u>
	(5.115.474)	24.736.653
<i>Diminuição (aumento) dos ativos</i>		
Créditos a receber de convênios e pacientes	(1.698.135)	170.187
Estoques	(100.505)	(677.202)
Adiantamentos	96.759	137.499
Outros créditos a receber	(12.006)	(190.470)
Depósitos judiciais	(705)	21.854
<i>Diminuição (aumento) dos passivos</i>		
Fornecedores	(1.643.410)	1.457.739
Obrigações trabalhistas e sociais	234.824	203.241
Obrigações tributárias	12.706	7.211
Outras contas a pagar	<u>474.084</u>	<u>104.920</u>
CAIXA LÍQUIDO DECORRENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(7.751.862)</u>	<u>25.971.632</u>
CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições e baixas líquidas de imobilizado e intangível	<u>(7.124.539)</u>	<u>(13.249.609)</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(7.124.539)</u>	<u>(13.249.609)</u>
CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação (pagamentos) empréstimos com terceiros	(5.922.354)	4.566.059
Captação (pagamentos) com partes relacionadas	<u>(158.143)</u>	<u>(158.110)</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(6.080.497)</u>	<u>4.407.949</u>
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(20.956.898)</u>	<u>17.129.972</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.511.935	11.381.963
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.555.037</u>	<u>28.511.935</u>
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(20.956.898)</u>	<u>17.129.972</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
MMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
LEPDRE

DS
RF

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – ABENSENA (“Associação”) é uma Instituição Filantrópica de direito privado e intuitos não lucrativos. Iniciou suas atividades em 02 de janeiro de 1932, com sede na Av. Nazaré, 1.361, bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, SP, sendo a sua forma de constituição por prazo indeterminado. A sua finalidade é a prestação de serviços médico-hospitalares, abrangendo as mais diversas especialidades. Atua na área da saúde sob as denominações de Hospital Dom Alvarenga, Clínica Infantil do Ipiranga e Hospital Dom Antônio de Alvarenga.

A Associação possui Certificados de Utilidade Pública, outorgados pelos Decretos:

- (a) Federal nº 48.889 de 26 de agosto de 1960;
- (b) Estadual nº 37.311 de 04 de outubro de 1960 e
- (c) Municipal nº 4.603 de 17 de fevereiro de 1960.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12 que aprovou a Instrução Técnica Geral - ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada em 28 de abril de 2022, através de Assembleia Geral Ordinária.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 7 - Depreciação do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa 12 - Provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS (POLÍTICAS) CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos financeiros que não possuem a característica de caixa e equivalentes de caixa são apresentados na rubrica de títulos e valores mobiliários.

b) Contas a receber

Os créditos a receber de convênios e pacientes são registradas pelo valor faturado. Valores a faturar referem-se a serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

d) Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As taxas de depreciação utilizadas pela Associação estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Entidade em relação ao ano anterior.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente.

A Administração da Associação efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e nenhum indicativo de impairment foi encontrado.

f) Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h) Provisões (Contingências) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda inclui evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita com a finalidade de liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Associação não pratica transações significativas de compras e vendas de longo prazo. Dessa forma foi julgado pela Administração não ser necessário aplicar ajuste a valor presentes nas transações comerciais.

j) Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Associação registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa nº 24.

k) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de pacientes e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



(I) *Novos normativos contábeis*

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Associação:

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Associação (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual (alterações à IFRS 3);
- Produtos antes do uso pretendido (alterações à IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações à IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); e,
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	7.060	6.093
Bancos conta movimento	589.916	348.533
Aplicações financeiras curto prazo	<u>6.958.061</u>	<u>28.157.308</u>
	<u>7.555.037</u>	<u>28.511.935</u>

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 100% a 119% do CDI.

A redução nos saldos de aplicações financeiras em 2021 se deve, principalmente, a investimentos em benfeitorias e aquisições de imobilizado em geral (nota nº 7) e pagamentos de empréstimos (nota nº 8).

5. CRÉDITOS A RECEBER DE CONVÊNIOS E PACIENTES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Convênios e seguradoras	23.249.803	16.462.608
Pacientes particulares	1.506.913	1.071.627
Cartões	563.067	614.003
Cheques a descontar	<u>21.514</u>	<u>13.716</u>
	25.341.297	18.161.954
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(4.911.168)</u>	<u>(2.170.564)</u>
	<u>20.430.129</u>	<u>15.991.390</u>

As contas a receber por vencimentos apresentam-se da seguinte maneira:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	16.498.106	13.559.320
Vencidos até 30 dias	1.014.998	307.343
Vencidos entre 31 e 180 dias	3.400.617	1.261.181
Vencidos entre 181 e 360 dias	<u>4.427.576</u>	<u>3.034.110</u>
	25.341.297	18.161.954

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de créditos a receber, apresentou a seguinte movimentação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 31/12/2020	(2.170.564)	(2.644.633)
(+) Novas constituições	(3.213.153)	(992.129)
(-) Reversão de provisão	<u>472.549</u>	<u>1.466.198</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>(4.911.168)</u>	<u>(2.170.564)</u>

6. ESTOQUES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais e medicamentos	1.923.055	1.803.199
Impressos e materiais de escritório	99.706	93.095
Materiais de manutenção	54.051	33.168
Uniformes	50.858	46.859
Materiais de limpeza	35.869	47.707
Materiais descartáveis	21.477	50.831
Gêneros alimentícios	19.533	27.646
Equipamentos de proteção	10.772	11.556
Materiais de informática	5.398	6.152
	<u>2.220.718</u>	<u>2.120.213</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Associação não identificou indícios de estoques obsoletos ou de baixo giro. Por esse motivo, não foi constituída provisão para perdas em estoques.

7. IMOBILIZADO

	Taxa	2020	Adições	Baixas e reclassificações	Transferências	Depreciação	2021
Terrenos	0%	84.488.746	-	-	-	-	84.488.746
Imóveis e edificações	4%	42.334.271	-	-	12.733.424	(2.043.245)	53.024.450
Imobilizado em andamento	0%	10.620.202	5.723.380	(290.448)	(12.733.424)	-	3.319.710
Móveis e utensílios	10%	3.617.693	538.446	(11.358)	-	(585.123)	3.559.658
Instrumentos e aparelhos de medicina	10%	4.142.623	463.969	(10.948)	-	(690.721)	3.904.924
Máquinas e equipamentos	10%	3.210.769	418.818	-	-	(432.686)	3.196.902
Instalações	10%	1.442.346	11.324	-	-	(189.864)	1.263.806
Equipamentos de informática	20%	541.067	191.377	(1.155)	-	(230.430)	500.859
Equipamentos de segurança	10%	41.912	-	-	-	(4.336)	37.576
Veículos	20%	26.204	-	-	-	(26.204)	-
		<u>150.465.834</u>	<u>7.347.315</u>	<u>(313.909)</u>	<u>-</u>	<u>(4.202.607)</u>	<u>153.296.633</u>

Terrenos e imóveis

Os saldos registrados contabilmente encontram-se devidamente suportados por laudo de avaliação emitido por empresa independente. Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados indícios de impairment no valor de mercado desses bens.

Imobilizado em andamento

A Associação está realizando desde o exercício de 2019 diversas obras de infraestrutura para melhoria de suas edificações e instalações. No último exercício ocorreram gastos significativos nas contas de imobilizado (obras) em andamento.

Inventário físico de ativos

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Associação conduziu inventário físico de bens de seu ativo imobilizado, e nesse processo identificou a necessidade de baixa no montante de R\$ 23.461 referentes a bens não identificados fisicamente, ou bens que não possuíam mais condições de uso.

Na rubrica “baixas e reclassificações” houve reclassificação entre contas contábeis no montante de R\$ 290.448.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Capital de giro (a)</i>				
Banco Itaú - contrato - 12429335-8	11,56% a.a.	31/01/2023	1.152.626	2.194.828
Banco Itaú - contrato - 50049582-5	10,87% a.a.	04/04/2024	4.867.709	7.194.054
Banco Safra - contrato - 5708114	11,61% a.a.	27/04/2022	4.750.173	6.439.022
Banco Santander - contrato - 270099320	9,90% a.a.	29/03/2021	-	1.264.917
<i>Outros</i>				
Contas correntes devedoras	-	-	400.874	917
			<u>11.171.383</u>	<u>17.093.738</u>
			<u>8.257.598</u>	<u>6.323.229</u>
			<u>2.913.785</u>	<u>10.770.508</u>
			<u>11.171.383</u>	<u>17.093.738</u>

(a) Sem cláusulas restritivas e com garantia fiduciárias de recebíveis

O saldo dos empréstimos e financiamentos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	-	7.856.723
2023	2.037.959	2.037.959
2024	875.826	875.826
	<u>2.913.785</u>	<u>10.770.508</u>

9. FORNECEDORES

	2021	2020
Materiais e medicamentos - Fornecedores	2.146.950	3.757.004
Serviços médicos - Fornecedores	3.214.492	2.834.429
Serviços diversos - Fornecedores	463.098	876.517
	<u>5.824.540</u>	<u>7.467.950</u>

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços, materiais e medicamentos hospitalares.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	3.650.650	3.573.458
Salários a pagar	1.933.533	1.901.369
Irrf sobre folha	573.603	437.962
FGTS a recolher	336.400	325.383
Inss a recolher	274.624	266.606
Acordos trabalhistas	17.996	72.719
Contribuições assistenciais a recolher	-	8.316
Outras	73.982	40.151
	<u>6.860.788</u>	<u>6.625.964</u>

A associação possuía 725 colaboradores em 31 de dezembro de 2021 (779 em 2020).

11. PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
Circulante - Mútuos	174.476	174.871
Não circulante - Mútuos	1.407.378	1.565.126
Mútuos com partes relacionadas	<u>1.581.854</u>	<u>1.739.997</u>

Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 2006 entre a Associação e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, com juros mensais de 0,25% e vencimento em 2030.

Remuneração da administração

A Associação não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

	2021			2020		
	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido
Ações (fiscais) tributárias	1.392.674	-	1.392.674	1.247.258	-	1.247.258
Ações trabalhistas	1.022.015	(382.183)	639.833	2.468.811	(381.478)	2.087.333
	<u>2.414.690</u>	<u>(382.183)</u>	<u>2.032.507</u>	<u>3.716.069</u>	<u>(381.478)</u>	<u>3.334.591</u>

Ações (fiscais) tributárias

A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 refere-se, a discussões relacionadas a cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) da Prefeitura de São Paulo.

Ações trabalhistas

Referem-se a ações de naturezas diversas movidas principalmente por ex-colaboradores ou funcionários de prestadores de serviços da Associação, onde a mesma figura como corresponsável na ação.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, os processos (fiscais) tributários, cíveis e trabalhistas em que a Associação está envolvida, surgidos no curso normal dos seus negócios, que são classificados como risco de perda possível (para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil) totalizam o montante de R\$ 16.140.228 (R\$ 12.714.949 em 2020).

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

b) *Ajuste de avaliação patrimonial*

O “Ajuste de avaliação patrimonial” foi constituído em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência da Associação possuir imunidade tributária.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Receita bruta</i>		
Receita com pacientes convênios	93.649.212	84.747.131
Receita com pacientes particulares	8.424.621	6.896.950
Receita com aluguéis	9.179.103	7.874.718
Receita com doações	590.316	462.074
Receita com estacionamento	349.964	336.921
Receita com lanchonete	142.835	-
Receitas extraordinárias	-	28.854.480
Outras receitas	681.429	448.745
	<u>113.017.480</u>	<u>129.621.019</u>
<i>Deduções</i>		
Glosas efetivas	(617.249)	(805.368)
Descontos e cancelamentos	(71.170)	(486.521)
	<u>(688.419)</u>	<u>(1.291.889)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>112.329.061</u></u>	<u><u>128.329.130</u></u>

No ano de 2020, a Associação auferiu receita extraordinária decorrente de cessão e transferência do direito de construir correspondente ao potencial construtivo de bem imóvel tombado”. Por esse motivo, a receita operacional líquida de 2020 está maior que a receita do ano corrente.

15. DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e ordenados	(40.087.554)	(38.550.106)
Benefícios a funcionários	(6.543.928)	(7.066.707)
Encargos sociais	(3.652.195)	(4.172.257)
Verbas indenizatórias	(422.928)	(768.649)
	<u>(50.706.605)</u>	<u>(50.557.719)</u>

Houve aumento na rubrica de salários e ordenados referente a reajustes salariais.

16. MEDICAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS MÉDICOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços médicos	(26.521.043)	(21.716.285)
Materiais e descartáveis	(15.496.507)	(14.456.778)
Medicamentos	<u>(8.260.203)</u>	<u>(6.376.350)</u>
	<u>(50.277.753)</u>	<u>(42.549.413)</u>

O aumento na rubrica de serviços médicos é reflexo do aumento nas receitas de atendimentos a convênios e particulares em relação ao ano anterior. Além disso, ocorreram reajustes de honorários médicos, e aumentos significativos nos custos de materiais e medicamentos devido à alta demanda ocasionada pela pandemia de Covid-19.

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Manutenções	(2.970.345)	(2.824.656)
Utilidades - água, energia elétrica e outros	(1.781.813)	(1.429.571)
Outras despesas	(985.301)	(1.143.802)
Locações	(894.999)	(665.763)
Serviços de limpeza, lavanderia, segurança	(792.520)	(785.238)
Consultoria e assessoria	(654.935)	(707.720)
Indenizações e processos	(627.593)	(1.770.933)
Tributárias	(208.104)	(174.252)
Despesas e serviços de marketing	(88.017)	(45.950)
Eventos, cursos e simpósios	<u>(77.989)</u>	<u>(72.624)</u>
	<u>(9.081.616)</u>	<u>(9.620.509)</u>

18. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Reversão de provisão - tributária	-	825.475
Reversão (constituição) de outras provisões	(2.288.639)	(578.252)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(142.421)</u>	<u>(462.805)</u>
	<u>(2.431.060)</u>	<u>(215.582)</u>

O aumento em reversão (constituição) de outras provisões refere-se a reversões na “receita” no montante de R\$ 1.768.621 e provisão para crédito de liquidação duvidosa na “despesa” no montante de (R\$ 4.057.260).

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Receitas financeiras</i>		
Receita com aplicações financeiras	737.565	482.641
Descontos obtidos	249.712	272.501
Atualizações monetária ativa	28.502	37.066
	<u>1.015.779</u>	<u>792.208</u>
<i>Despesas financeiras</i>		
Juros de empréstimos e financiamentos	(1.717.515)	(1.256.947)
Descontos concedidos	(76.298)	-
Outras despesas financeiras	(72.819)	(60.001)
Tarifas e taxas bancárias	(54.665)	(38.645)
	<u>(1.921.297)</u>	<u>(1.355.593)</u>
Despesas (receitas) financeiras líquidas	<u><u>(905.518)</u></u>	<u><u>(563.383)</u></u>

Houve aumento na despesa com juros de empréstimo e financiamento referente a alta do CDI ao longo do ano de 2021.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente, contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos de investimento.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Associação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Associação. A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos - A Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas esperadas, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Associação constitui provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais inadimplências.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição a riscos de crédito

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7.555.037	28.511.935
Créditos a receber de convênios e pacientes	20.430.129	15.991.390
Outras contas a receber	882.454	870.448
	<u>28.867.621</u>	<u>45.373.773</u>

Risco de liquidez

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.



As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

Risco de liquidez - maturidades contratuais de passivos financeiros

	Fluxos de caixa contratuais 2021			
	Valor contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos
Empréstimos e financiamentos	11.171.383	8.257.598	2.037.959	875.826
Fornecedores	5.824.540	5.824.540	-	-
Partes relacionadas	1.581.854	174.476	157.748	1.249.630
Outras contas a pagar	817.107	817.107	-	-
Total	19.394.884	15.073.721	2.195.707	2.125.456

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere aos “gastos com pessoal” fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa. Nas taxas de câmbio, o risco também é mitigado, uma vez que a Associação possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

Risco de moeda

Em 2021 e 2020 a Associação não mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras. A Associação não mantém operações de fornecedores em moedas estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Associação não possui nenhum contrato em aberto de *hedge* cambial.

Gestão de capital

A política da Administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.



A Administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

21. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)
- ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)
- IPVA (Imposto sobre propriedade de veículos automotores)
- COFINS (Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- COTA PATRONAL (INSS)
- CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido)

22. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Decreto nº 7.300 de setembro 2010 e artigo 169 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017 e a Lei 12.101/2009, demonstramos a seguir, os valores como se devido fossem durante os exercícios:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cofins	3.062.215	2.749.322
Cota Patronal (INSS)	<u>11.144.340</u>	<u>10.717.033</u>
Total devido caso a associação não gozasse de isenção	<u><u>14.206.555</u></u>	<u><u>13.466.355</u></u>

^{DS} MADS ^{DS} SMDS ^{DS} Grill ^{DS} LEFDRE ^{DS} RF

23. GRATUIDADES

	2021	2020
Créditos a receber de convênios e pacientes (S.I)	15.991.390	15.687.508
(+) Receita com serviços de saúde	101.385.414	90.352.571
(-) Créditos a receber de convênios e pacientes (S.F)	(20.430.129)	(15.991.390)
(=) Receita efetivamente recebida	<u>96.946.674</u>	<u>90.048.689</u>
Gratuidade necessária 20%	19.389.335	18.009.738
Diferença excedente aplicada	<u>814.324</u>	<u>3.008.975</u>
Gratuidade praticada no exercício	<u>20.203.659</u>	<u>21.018.713</u>
% de Gratuidade efetiva aplicada em saúde	21%	23%

A Associação apresenta a seguir a abertura dos atendimentos gratuitos realizados no exercício de 2021, através do Termo de Parceria Nº 002/2020-SMS.G, assinado em 01 de junho de 2020, atendendo ao art. 5º, inciso I da Lei nº 12.101, de 27/11/2009 e art. 8º, § 2º Lei 12.453, de 21/07/2011.

	Quantidade de Atendimentos	2021				Total
		Diárias e taxas	Honorários Médicos	Materiais Medicamentos	Exames	
Paciente dia	*	7.391.163	402.094	252.865	474.691	8.520.814
Cirurgias	*	3.685.811	1.835.318	1.482.599	-	7.003.728
Atendimentos ambulatoriais	*	1.738.116	1.295.178	137.889	1.507.933	4.679.117
	*	<u>12.815.090</u>	<u>3.532.591</u>	<u>1.873.353</u>	<u>1.982.625</u>	<u>20.203.659</u>

* Quantidade de atendimentos, não disponível em sua totalidade na página do ministério da saúde (ciha.datasus.gov.br), consulta realizada em 02/05/2022.

Custeio por absorção

O critério de custeio adotado pela Associação é o Custeio por absorção, também chamado custeio integral, ou custo integral, é aquele que se faz debitar ao custo dos produtos, todos os custos da área sejam esses custos definidos como custos diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, de estrutura ou operacionais. O próprio nome do critério é revelador dessa particularidade, ou seja, o procedimento é fazer com que cada serviço absorva parcela dos custos diretos e indiretos, relacionados à prestação de serviços.

A Associação atendendo a lei nº 8.742/93 art.18 incisos IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo nº 54.424/63 deferida em sessão realizada no dia 08 de outubro de 1963, renovado em 20 de julho de 1999 pelo processo n.º 44006.005322/97-67.

Em 2018 foi solicitada renovação do CEBAS, pelo processo nº 25000.176668/2018-95, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde, como determina o art. 21 da lei 12.101/2009, sendo renovado pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

24. TRABALHO VOLUNTÁRIO

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Associação recebeu trabalhos voluntários de associados, membros integrantes do conselho fiscal e diretoria executiva, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2021			2020		
	Quantidade de horas	Valor/Hora	Total	Quantidade de horas	Valor/Hora	Total
Associados	72	130	9.360	78	125	9.750
Conselho fiscal	17	130	2.210	24	125	3.000
Diretória estatutária	967	130	125.710	1.082	125	135.188
	<u>1.056</u>	<u>390</u>	<u>137.280</u>	<u>1.184</u>	<u>375</u>	<u>147.938</u>

25. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Associação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração, para assegurar a reposição dos bens e a continuidade de suas operações, em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em setembro de 2021 foi solicitado a renovação do CEBAS, via portal SISCEBAS do Ministério da Saúde - Processo nº 25000.141880/2021-37, em conformidade com o art. 21 da lei 12.101/2009, estando em análise desde então, permanecendo válida a certificação anterior até publicação da portaria de renovação.

CONTABILIDADE

DocuSigned by:

Marcos Mendes da Silva

45468B946B7F49C

Marcos Mendes da Silva

Contador CRC 1SP 317.423/O-4

DIRETORIA EXECUTIVA

DocuSigned by:

Eduardo Halfen Grill

FDDC4D8E00000

Eduardo Halfen Grill

Superintendente

DocuSigned by:

Suetonio Monteiro dos Santos

32F5EE6C9C1C1A2

Suetonio Monteiro dos Santos

Diretor Financeiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

DocuSigned by:

Roberto Franchini

8E4AEEA8633E4E4

Roberto Franchini

Diretor Geral

DocuSigned by:

Luiz Fernando P. do Rêgo Freitas

cd123456789

Luiz Fernando Pimentel do

Rego Freitas

2º Diretor Tesoureiro